

Moção: Por um Ensino Superior que contribua na mobilidade social

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu Artigo 26.º, define que todas as pessoas têm direito à educação, reforçando que o ensino técnico e profissional deve ser acessível a todos em plena igualdade. A Constituição da República Portuguesa defende, no Artigo 76.º, que o regime de acesso ao Ensino Superior deve garantir a igualdade de oportunidades e democratização do sistema de ensino.

Estes dois documentos, estruturais na criação de qualquer política ou legislação em Portugal, definem a educação como um direito fundamental de um cidadão e, no que toca ao Ensino Superior, reforçam que este tem de ser acessível a qualquer pessoa, permitindo iguais oportunidades entre todos no processo de candidaturas e frequência do mesmo, assim, como a garantia de que todos têm direito ao mesmo nível de ensino e educação durante o seu percurso, até atingirem a escolaridade obrigatória e poderem candidatar-se ao Ensino Superior.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) realizou um relatório denominado *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility*, onde avaliou a mobilidade social dos diferentes países que constituem a OCDE verificando uma diminuição na mobilidade entre os extremos da distribuição de rendimentos das famílias, sendo cada vez mais espectável que as famílias com rendimentos mais altos se mantenham com o mesmo nível de rendimentos e que as famílias que estão em situação de pobreza continuem com rendimentos baixos.

No que diz respeito a Portugal, especificamente, foi possível verificar que, em média, são necessárias cinco gerações para uma família portuguesa sair da pobreza e passar a ser considerada uma família de classe média. Este valor está acima da média da OCDE e uma geração acima de países como a Grécia e a Espanha, que recentemente passaram por recessões financeiras semelhantes à portuguesa. Estas estimativas mostram a inércia

imposta pela nossa sociedade para que exista alguma mobilidade entre estratos sociais, que culmina na transmissão da condição económica de geração para geração.

Em relação ao futuro profissional, este relatório mostra que 55% dos filhos de trabalhadores do setor primário herdaram o trabalho dos pais, número muito acima dos 37% da média da OCDE. Refere, ainda, que os filhos de gestores têm cinco vezes mais probabilidade de serem gestores do que um filho de um trabalhador do sector primário, tornando-se claro o impacto que as habilitações literárias dos pais têm no futuro profissional dos filhos.

Desta forma, torna-se evidente que a educação é um dos mais importantes elevadores sociais, dando ferramentas aos cidadãos para que possam exercer profissões que poderão modificar as suas condições socioeconómicas, invertendo o ciclo predefinido pela nossa sociedade. Assim, o Ensino Superior Público tem um papel essencial neste processo, sendo o nível máximo do sistema educativo, tem um impacto significativo no rendimento das pessoas que o frequentam (*Education at a Glance*, 2017) e, conseqüentemente, pode ser considerado acelerador do elevador social. Contudo, a falta de representatividade de estudantes provenientes dos diferentes contextos sociais e económicos no Ensino Superior Português perpetua o ciclo de desigualdade e estagnação social.

Esta falta de representatividade, consequência também ela da falta de mobilidade social, vai contra os valores defendidos pela Declaração dos Direitos Humanos e pela Constituição da República Portuguesa, não existindo uma igualdade no acesso e frequência da Educação Básica, do Ensino Secundário e do Ensino Superior, pois, tal como já foi referido, é muito mais provável que um estudante que tenha pais com formação superior consiga ingressar no Ensino Superior, devido aos diferentes meios financeiros que dispõem, ao apoio familiar que é fornecido, ao seu contexto social e ao conhecimento dos processos burocráticos necessários para o acesso ao Ensino Superior, entre muitos outros fatores que influenciam a intenção de acesso a uma Universidade ou Instituto Politécnico por parte de um estudante.

Neste mesmo relatório, também foram apresentadas algumas soluções genéricas para todos os países da OCDE que apresentam este problema. Estas soluções baseiam-se no apoio dos

estudantes que possam estar em risco de abandono escolar devido às suas condições socioeconómicas e no combate ao desemprego e ao emprego precário.

As indicações da OCDE relativamente à educação visam atingir o máximo de igualdade e justiça no ensino, sugerindo, assim, o apoio a todas as crianças que possam estar em situações de desvantagem, assegurando a sua educação pré-primária e proporcionando ajuda personalizada aos estudantes que possam estar em risco de reprovação ou que apresentem alguma dificuldade na compreensão da matéria. É também referida a necessidade de formar os professores, alertando-os para estas desigualdades e explicando como agir perante as mesmas. Por fim, reforça a necessidade no investimento e na qualificação da população adulta, antecipando as necessidades de qualificação de cada região, colaborando assim para a diminuição do desemprego e do trabalho precário.

Deste modo, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas no dia 15 e 16 de dezembro de 2018, em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas do Algarve, vêm, por este meio, alertar para facto de a desigualdade social reforçar a dificuldade na mobilidade social, o que, por sua vez, irá aumentar os níveis de desigualdade, tornando todo este processo num grande ciclo. Este ciclo tem consequências sociais e políticas graves e, portanto, é urgente tomar medidas que promovam a mobilidade social, tais como:

1. Definição de um grupo de trabalho, por parte da Tutela, que tenha como objetivo estudar a representatividade de cada nível socioeconómico dos estudantes do Ensino Superior, com o objetivo de:
 - a. Percecionar a realidade do Ensino Superior português e retirar as devidas ilações:
 - b. Realizar um levantamento das principais dificuldades e fatores de exclusão dos estudantes em situações mais desfavoráveis no que toca ao Ensino Superior.
2. Reestruturação do sistema de ensino prévio ao Ensino Superior, com base no estudo realizado pelo grupo de trabalho definido no ponto 1. Esta reestruturação

deverá ter em conta todos os constrangimentos relativos ao acesso dos estudantes ao Ensino Superior e frequência do mesmo. A resolução destes constrangimentos culminaria num Ensino Superior efetivamente igualitário, como definido na Constituição da República Portuguesa.

Faro, 15 e 16 de dezembro de 2018

Proponente: FAL

Endereçado: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Conhecimento: CRUP, CCISP, Grupos Parlamentares

Bibliografia:

- OECD (2018), A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264301085-en>
- OECD (2017), Education at a Glance 2017: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/eag-2017-en>